

# ADVERSO

Nº 166 - Maio de 2009

**Impresso Especial**

0334/2001-DR/RS  
ADUFRGS

**CORREIOS**

ISSN 1980315-X



**Colégio de Aplicação**

## Uma escola à frente de seu tempo

Fundado como um laboratório para professores recém-formados, o CAP sempre esteve determinado a revolucionar a educação. Há 55 anos já trabalhava com interdisciplinaridade e foi vanguarda ao propor o sorteio como forma democrática de acesso ao ensino público e de qualidade. A Adverso traça a retrospectiva da escola e seus desafios atuais, e abre a memória de alunos e mestres famosos.

**Páginas 13 a 16**



# NÃO DEIXE PASSAR EM BRANCO

Professor,  
a Revista Adverso é sua  
e possui registro junto ao  
Instituto Brasileiro de  
Informação em Ciência e  
Tecnologia (IBICT), o ISSN.  
Participe dando a sua  
opinião, enviando artigos ou  
sugerindo pautas.  
Enriqueça seu currículo e  
as nossas páginas. Não deixe  
passar em branco essa  
oportunidade.

[www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)



Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS  
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188  
[secretaria@adufrgs.org.br](mailto:secretaria@adufrgs.org.br)  
[www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)

#### Diretoria Provisória

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira\*

1º vice-presidente: Cláudio Scherer

2º vice-presidente: Lúcio Hagemann

1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

2º secretária: Maria Luíza A. Von Holleben

3º secretário: Mauro Silveira de Castro

1º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva

2º tesoureira: Maria da Graça Saraiva Marques

3º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos

## ADVERSO

Publicação mensal impressa em  
papel Reciclado 90 gramas

Tiragem: 5.000 exemplares  
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:



**VERDEPERTO**  
editora

ISSN 1980315-X



Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)  
Reportagem: Maricélia Pinheiro e  
Naira Hofmeister (RP 13164)  
Ilustrações: Mario Guerreiro  
Projeto Gráfico e Diagramação: Eduardo Furasté

## Quem é ativo e quem é inativo?


Se há algo que deveria indignar e irritar profundamente a todos nós é a prática corrente do aprisionamento e do engessamento a noções e conceitos. Algumas ideias foram forjadas em cenários históricos distintos do atual e permanecem como verdades incontornáveis, saberes apriorísticos comumente não questionados. A questão envolvendo a atividade ou a inatividade das pessoas é uma delas.

O grande projeto com foco no homem ativo, positivo, que produz para o Estado está completando 300 anos. O calor dos acontecimentos nos séculos 16 e 17 produziu novas formas de pensar o Estado e a sociedade que, muito cedo, fizeram Maquiavel comer poeira. Conjunto de desdobramentos que, de início, representou um escândalo para o pensamento católico-romano da época. Deus deixava de ser a única base de racionalidade possível a permear todos os discursos e teorias. Racionalidades específicas foram isoladas como forma de destravar o desenvolvimento das instituições. E não se trata de racionalismo ou irracionalismo, razão ou desrazão. Também o problema suscitado é anterior às concepções de direita e de esquerda. Se, por um lado, é verdade que a questão é dirigida à organização das coisas e das pessoas, à sua administração, não se deve esquecer que, por outro lado, deve-se a uma racionalidade muito específica emergida no longínquo século 17, a racionalidade do poder de Estado. E duas doutrinas especialmente contribuíram para isto: a razão de Estado e a teoria da polícia.

Segundo a razão de Estado, o Estado tinha um único e fundamental objeto, sua própria força. Instituições e práticas políticas passaram a ser orquestradas sobre a perseguição e a manutenção do vigor do Estado e de suas instituições num quadro amplo e competitivo. A noção de polícia, entre juristas e pensadores políticos dos séculos 17 e 18, era um tanto diferente da atual. Muito ampla, dizia respeito a domínios, técnicas e objetivos que pediam a intervenção do Estado, sempre e circularmente visando aumentar e manter sua força.

E, neste direcionamento à potência do Estado, obviamente que o homem visado seria aquele que pudesse, sendo ele próprio fisicamente forte, capacitado e trabalhador, fazer do Estado, um Estado forte, exitoso, produtivo. O projeto deste Estado vigoroso passou por uma fratura, por uma profunda diferenciação entre cidadãos positivos e negativos. Criaram-se seções administrativas estatais para cuidar, de um lado, da educação, das aptidões e das profissões da população ativa, e do outro lado, da assistência da população inativa. Assim é que pobres, viúvas, órfãos, velhos, necessitados, desempregados, doentes, acidentados e flagelados começaram a receber um tratamento diferenciado, todos colocados no rol da improdutividade.

O Brasil do século 21 é um Estado atualizado para os padrões políticos e policiais dos séculos 17 e 18. Não é de estranhar que nesta concepção de Estado dirigido a cidadãos ativos, tenhamos presenciado aturridos aos movimentos governamentais que culminaram na Reforma da Previdência em 2003, na perda do direito à integralidade dos ganhos na aposentadoria para os novos professores contratados após 2004 e na perda da isenção da contribuição previdenciária aos aposentados. E que estejamos agora presenciando os esforços da Advocacia Geral da União em subtrair a URP dos professores da Ufrgs (muitos deles aposentados). Estes acontecimentos dão uma pálida ideia da consistência do inimigo que estamos enfrentando.

A Adufrgs Sindical participou do 1º Seminário Nacional sobre Questões de Aposentadoria, promovido pelo Proifes e pelo Mosap. Nossa diretoria quer dividir com seus associados a revolta que as noções de atividade e inatividade funcional suscitam. Conceitos desatualizados no cenário presente, onde os que já receberam o direito à aposentadoria trabalham ainda muito e dividem sua larga experiência, tornando tudo o que fazemos possível, em todos os campos, acadêmicos e políticos. 

## ÍNDICE

- 04** SEGURIDADE SOCIAL
- 06** PING-PONG  
Armando de Melo Lisboa,  
presidente da Apufsc  
“Há um esgotamento na forma  
de fazer sindicalismo docente”
- 10** VIDA NO CAMPUS
- 12** OBSERVATÓRIO
- 13** CENTRAL  
Colégio de Aplicação  
Vanguarda do ensino crítico  
completa 55 anos
- 17** ULBRA  
O futuro começa agora
- 18** REPORTAGEM  
Educação  
Projeto de Alfabetização  
do governo do RS é um  
retrocesso, afirma o Cpers
- 22** NAVEGUE
- 23** ORELHA
- 24** EM FOCO  
Quem disse que não ia  
se adaptar?
- 26** +1
- 27** A HISTÓRIA DE QUEM FAZ



## Encontro de Aposentados

# Sindicato consolida espaço de debate

Terceira edição do evento reuniu mais de 70 professores aposentados na sede da Adufrgs Sindical no dia 15 de abril, que lotaram o auditório para ouvir a primeira palestra, relativa às questões judiciais em andamento. No início da tarde, o bem-estar na maior idade ocupou a pauta do Encontro, para depois ceder lugar à discussão sobre reestruturação da Carreira.

texto e fotos Maricélia Pinheiro

Os temas em pauta, de grande interesse não apenas para os aposentados, e a localização do evento, desta vez realizado na sede da Adufrgs Sindical no bairro Cidade Baixa, ajudaram a engrossar o quórum. A palestra da manhã, ministrada pelo assessor jurídico da entidade, Francis Bordas, lotou o auditório. A iminência de perder a URP, ganho judicial importante concedido a um expressivo número de docentes, foi o principal tema em debate, seguido das negociações relativas aos artigos 192 da Lei 8112/90 e 184 da Lei 1711/52.

Bordas explicou que a Adufrgs Sindical entrou com recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) pedindo o restabelecimento da liminar que impediu o desconto da URP na folha de pagamento de fevereiro. A liminar foi concedida a pedido da Adufrgs, depois que a Reitoria informou à Diretoria da entidade – a poucos dias do fechamento da folha – que a vantagem decorrente deste ganho judicial seria cortada por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Dias depois esta mesma liminar foi cassada pelo TRF, mas como a folha de março já havia sido fechada, os professores receberam a vantagem no início de abril. No entanto, o advogado adverte que existe o risco da URP não ser incluída no contracheque de abril, caso o juiz que cassou a liminar não reconsidere a decisão.

Com relação aos artigos 192 e 184, tema que atinge diretamente aos aposentados, o assessor jurídico explicou que estão sendo travados dois embates: na Justiça e na mesa de negociação com o governo. O impasse se refere à diminuição da diferen-



ça paga entre as classes de adjunto e titular – e vice-versa – no momento da aposentadoria, a partir da criação da classe de professor associado em 2005. A Adufrgs Sindical tem o entendimento de que esse ganho, garantido aos aposentados até 1996, é um direito adquirido, assim como a URP, e não pode ser suprimido por mudanças posteriores na carreira.

Para o assessor jurídico da Adufrgs, o caminho mais adequado para resolver de uma vez por todas essas pendengas com o governo é o ingresso de uma ação nacional pedindo a incorporação por lei da URP e dos demais ganhos judiciais ao vencimento básico, assim como à extensão dos mesmos a todos os docentes das Ifes. No entanto, o advogado reconhece que essa não será tarefa fácil, principalmente pelo fato de gerar um impacto orçamentário significativo na folha de pagamento.



## Reestruturação da Carreira

Depois de um almoço coletivo no shopping Olaria, os aposentados ouviram e debateram sobre o tempo de viver e recuperar vivências. Conduziram a palestra o professor Lúcio Hagemann, diretor da Adufrgs Sindical, e a professora Odair Perugini da Castro, coordenadora da Universidade para a Terceira Idade (Uniti), projeto do Instituto de Psicologia da Ufrgs. Após breve intervalo, o presidente da Adufrgs Sindical e vice-presidente do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira, falou amplamente sobre as mudanças que estão sendo propostas para a Carreira Docente das Ifes.

Rolim lembrou que, com a entrada do Proifes nas mesas de negociações, obteve-se uma maior valorização dos incentivos à titulação; paridade entre ativos e aposentados; equiparação das carreiras do Ensino Superior (ES) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); valorização e reestruturação das carreiras, além de uma significativa diminuição do peso das gratificações.

Reconhecer as contribuições dos professores mais antigos, especialmente os aposentados, é um dos itens prioritários na proposta de reestruturação da Carreira apresentada pelo Proifes. Levando-se em conta que boa parte dos atuais aposentados não tiveram oportunidade de fazer mestrado ou doutorado quando estavam na ativa – uma vez que não havia oferta de cursos como existe atualmente e a Universidade não demandava tanto por titulação – a proposta do Proifes prevê o estabelecimento de regras de transição e de enquadramento que contemplem essa parcela de professores.

Em resposta às dúvidas dos aposentados com relação aos Art. 192 da Lei 8.112/90 e 184 da Lei 1.711/52, Eduardo Rolim informou que a posição do Proifes é de que as gratificações relativas aos referidos artigos devem ser calculadas pela diferença entre a remuneração total da Classe e a imediatamente acima ou abaixo desta, na época da aposentadoria. O contrário estaria ferindo o princípio básico dos direitos adquiridos. O mesmo se aplica aos ganhos judiciais. “Temos que trabalhar por uma negociação nacional, para garantir de vez esses direitos e combater os ataques do TCU”, ressaltou. ☺

## Qual a importância de eventos como o Encontro dos Aposentados da Adufrgs?



“A Universidade hoje, por uma série de razões, já não oferece mais espaços para confraternização dos aposentados. Então esse sentimento de acolhida, de unificar, de trazer uma perspectiva do coletivo, acaba sendo expresso nesses momentos proporcionados pela Adufrgs. Na carreira do professor universitário hoje, ativos e inativos, há uma variedade tão grande de situações que exatamente por isso é importante esse papel soldador, de amálgama, que a Adufrgs vem cumprindo. Caso contrário estaríamos na era do individualismo, do cada um por si e Deus por todos”.

**Zila Mesquita**

Professora aposentada da Escola de Administração da Ufrgs

“Esses encontros representam oportunidade de aproximação dos professores aposentados, uma vez que a Universidade promove poucos eventos voltados para esse fim. A Adufrgs tem preenchido essa lacuna. É nesse espaço onde se pode debater os problemas da nossa carreira, nossos interesses comuns, além de outros temas relacionados à saúde e ao bem-estar do aposentado. Sem falar que acabam se transformando em momentos de alegria e de confraternização”.

**Paulo Ubirajara Linhares** - Professor aposentado da Esf/Ufrgs



“É uma das maneiras do aposentado se ligar um pouco com sua história passada, ao mesmo tempo em que recebe informações às quais não tem acesso, porque muitos não têm o hábito de lidar com computador, não acessam as páginas da Ufrgs e da Adufrgs. Tanto que a gente percebe que alguns acham que não é importante vir aos encontros. E isso é lamentável, porque a Adufrgs é o nosso sindicato, é a entidade que nos representa. E mesmo não estando na ativa, há muitas coisas a serem resolvidas. São demandas judiciais, mudanças na carreira, que a gente precisa saber como estão sendo conduzidas até para poder opinar”.

**Cacilda Maria Zolzo** - Aposentada da Faced/Ufrgs





Armando de Melo Lisboa

# “Há um esgotamento na forma de fazer sindicalismo docente”

Por **Naira Hofmeister**, de Florianópolis, SC

Naira Hofmeister



Reeleito para presidir à Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc) até 2010, o professor Armando de Melo Lisboa critica as práticas sindicais da Andes, motivo que o levou a romper com os colegas da diretoria anterior. “Não é possível rejeitar a tecnologia, internet, fóruns digitais. Os professores não têm mais tempo para fazer grandes mobilizações e assembleias a toda hora. E o sistema Andes insiste em ser presencial”, avalia. Com uma votação que mobilizou 75% dos professores da ativa, a gestão comandada por Armando iniciou um processo amplo de debate sobre a própria entidade, que culminou com a publicação de um novo estatuto e a suspensão temporária de recursos à entidade nacional. “A perda do registro sindical da Andes compromete o nosso futuro”, acredita. Apesar disso, o líder docente sublinha que a Apufsc segue sendo seção sindical e que um rompimento definitivo com a entidade nacional e uma possível filiação ao Proifesc será fruto de decisão coletiva. “Estamos abrindo a discussão para dar condições aos nossos associados de se posicionarem”. A entrevista de Lisboa à revista Adverso aconteceu no mesmo dia em que a Apufsc chamou seus filiados para um protesto contra o pró-reitor de Desenvolvimento Humano, Luiz Henrique Vieira Silva, que processa dois docentes por dano moral. Os professores escreveram um artigo no qual defendem que atitudes de Luiz Henrique aceleraram o processo de perda da URP, em fevereiro de 2007. O presidente da Apufsc aproveitou o tema e encoraja as Associações Docentes a buscarem um acordo nacional para garantir a isonomia salarial. “Só é possível resolver esse tema a partir da política sindical”, defende.



**Em 2008, o senhor foi reeleito presidente, mas não ao lado da antiga diretoria. O que houve?**

No meu primeiro mandato tive vários desentendimentos com os colegas da diretoria e houve uma ruptura. Especialmente à medida que fui expressando críticas ao modo de fazer política sindical proposto pela Andes. A reação dura dos meus colegas de diretoria foi compensada com uma grande reação de centenas de professores em meu apoio. Por isso fomos eleitos com um grande número de votos. Cerca de 1100 professores votaram, entre os 2600 associados. Isso que quase 900 são aposentados! Portanto, entre os professores da ativa e que estão no *campus*, 75% participaram da eleição. E a nossa chapa foi consagrada com dois terços dos votos.

**Há uma ligação entre essa mobilização e o debate que se faz nacionalmente, sobre Andes e Proifes?**

Infelizmente já houve a cristalização dessa divisão dentro do Movimento Docente Nacional. A nossa Universidade estava muito mal informada a respeito disso porque as antigas diretorias da Apufsc sequer informavam a existência do Proifes nem comentavam essa fragilização da Andes. Nossa primeira ação foi abrir essa discussão para dar condições aos nossos associados de se posicionarem. Fizemos um debate entre representantes das entidades e o nosso boletim passou também a trazer informações do Proifes. Isso antes era vetado! Era um pecado falar em Proifes no boletim da Apufsc. Da mesma forma que era um crime que a nossa página trouxesse um *link* para a página do Proifes!

**A Apufsc segue sendo uma Seção Sindical?**

Faço parte do movimento de renovação da Apufsc que se chama Nova Apufsc. E no último ano, nos concentramos em uma reformulação do regimento que estava muito defasado. Historicamente a Apufsc sempre foi muito vinculada à Andes.

## **“As antigas diretorias da Apufsc não comentavam essa fragilização da Andes. Era pecado falar em Proifes no boletim da Apufsc”**

O primeiro congresso da entidade nacional aconteceu em Florianópolis, em 1982. O primeiro presidente da Andes era também presidente da Apufsc, o professor Osvaldo Maciel. Por isso, nesse momento evitamos colocar em xeque a relação com a Andes e nos mantivemos uma Seção Sindical. São dois momentos: primeiro, renovar profundamente nosso regimento e depois, abrir a discussão sobre o futuro sindical. Para não tumultuar.

**Mesmo assim houve um rompimento?**

Há um problema que é a perda do registro sindical da Andes. Solicitamos um parecer jurídico sobre o tema e com base nisso, decidimos – por vários motivos que estão expostos no nosso *site* – suspender o repasse de verbas da Apufsc para a Andes. A

**“Quando o Movimento Docente surgiu, 30 anos atrás, havia um inimigo em comum, que era a Ditadura Militar. Hoje o contexto é diferente.**

**A saída para o Movimento Docente passa pelo Conselho de Representantes”**

perda do registro atinge a Apufsc. É o nosso futuro que está comprometido e precisamos que a categoria nos dê uma resposta. Os recursos estão sendo depositados em conta enquanto aguardamos uma resolução. Ou a Andes recupera a carta sindical ou em assembleia a Apufsc decide seguir outro caminho. Nesse momento, o dinheiro será transferido para a entidade escolhida. São mais de R\$ 300 mil ao ano.

**Como tem sido proposto esse debate?**

Nossa posição é avançar o máximo possível no debate, sempre com os colegas nos acompanhando. A categoria precisa se reposicionar, ter elementos para tomar uma decisão. Isso não pode ser decidido por uma diretoria, entre quatro paredes, mas tem que passar por uma assembleia e com um amplo debate.

**Quais as alterações feitas no regimento?**

Conseguimos recuperar o Conselho de Representantes, que inclui mais de 60 departamentos da nossa Universidade. Esse órgão inexistia na Apufsc há mais de 20 anos, o que era totalmente irregular. A Apufsc não poderia existir sem o Conselho de Representantes, não poderia nem ter eleições. E agora ele tem reuniões mensais. O Conselho estava inativo porque não tinha força. Agora a diretoria virou um órgão puramente executivo e as deliberações são feitas através do Conselho. Por exemplo, para determinar um gasto extra, somente com aprovação do Conselho, assim como convocações da assembleia. Outra mudança importante foi determinar um quórum mínimo para assembleia e para reuniões de diretoria.

**Não havia um mínimo estabelecido?**

Um sindicato, que é algo coletivo, não pode funcionar sem quórum e na Apufsc não existia quórum. Já fizemos assembleias com meia dúzia de professores. Tem uma





Armando de Melo Lisboa, presidente da Apufsc

fotografia clássica de uma Assembleia Geral acontecendo em uma mesa! Nosso quórum mínimo passa a ser de 5%, cerca de 130 professores. Mas para decisões de greve, exigimos um quarto de professores, 25% dos associados.

### **O propósito é aumentar o controle dos associados sobre a entidade?**

Queremos que a Apufsc responda aos interesses de todos. Isso deve fortalecer a entidade e deixá-la identificada com os professores. Todo o nosso esforço sempre foi no sentido de reaproximar a Apufsc dos professores.

### **Esse afastamento entre categoria e entidade se repete nacionalmente?**

Mas é claro! Basta ver os relatórios da Andes que narram que as mobilizações: sempre tem meia dúzia! A divisão que há no Movimento Docente é resultante disso. Alguns colegas começaram a buscar outras formas de mobilização e não encontraram abertura dentro da Andes. Por isso resolveram seguir caminhos próprios.

### **É preciso renovar a política sindical?**

Há um esgotamento na forma de fazer sindicalismo docente. Quando o Movimento Docente surgiu, 30 anos atrás havia outro contexto. A ditadura militar proibiu a organização sindical. Nós professores tínhamos um inimigo em comum, lutávamos pela redemocratização do Brasil. Outra coisa importante é que a nossa carreira era precária. Não havia o Currículo Lattes, o conjunto de doutores era uma minoria. Hoje, um professor só ingressa em uma Instituição de Ensino Superior se tiver doutorado.

### **Mudaram os tempos e o perfil do professor.**

Hoje todos os professores têm correio eletrônico. Não é mais possível rejeitar a tecnologia, internet, fóruns digitais. Não há dúvida de que a saída para o Movimento Docente é a reconstrução do sindicalismo nas suas bases. Mas deve ser um renascimento a partir da realidade que nós temos. Há professores doutores sobrecarregados de

## **“Queremos que a Apufsc responda aos interesses de todos. Nosso esforço é reaproximar a entidade dos professores”**

pesquisas, de obrigações. Eles não têm mais tempo para fazer grandes mobilizações e assembleias a toda hora. E o sistema Andes insiste em ser presencial. Por isso a renovação passa pelo Conselho de Representantes, assembleias com quórum qualificado e, portanto, mais raras, para temas mais fundamentais.

### **Com relação à carreira, a Apufsc busca um acordo político sobre os ganhos judiciais que garanta a isonomia salarial?**

Houve um tempo em que o salário dos professores de Ifes se aproximava do vencimento dos juízes. Hoje eles ganham quatro vezes mais do que nós. A nossa categoria teve salários achatados graças à hiperinflação dos anos 1980. Os trabalhadores foram muito prejudicados. Algumas categorias reagiram e conseguiram ganhos judiciais. Inclusive várias Associações Docentes conseguiram reverter perdas.

### **E a URP é um exemplo.**

Aqui na UFSC, cerca de 2 mil professores ganhavam 26,05% a mais no salário graças à URP. Mas havia outros mil que não ganhavam. Isso é insustentável, é uma deformidade inadmissível, porque há universidades que não ganham. Significa que a nossa carreira está esculhambada! Através de ganhos judiciais em algumas universidades os docentes chegam a mais do que dobrar o salário normal.

### **A Apufsc é favorável à um acordo político para solucionar a questão?**

Esse tema nos obriga a debater com o governo uma nova carreira. O interessante é que quando começamos a enfrentar o problema da URP aqui, em novembro de 2006 quando o governo cortou nossa URP, tive uma reunião com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. O professor Paulo Rizzo era presidente da Andes e estava junto. Alertei o ministro sobre a necessidade desse debate, que precisávamos discutir a isonomia salarial. Para minha surpresa, Haddad indagou ao professor Paulo Rizzo o porquê da Andes nunca ter colocado na mesa de negociação este tema.

### **Mais uma crítica à Andes?**

Esse é o fio da meada da minha briga com os demais membros da antiga diretoria. O rompimento aconteceu quando percebi que a Andes nada fazia por isso. Não só não nos defendia coletivamente como nunca pautou nas mesas de negociação uma nova carreira. A Andes só pauta a recuperação dos valores posteriores a 1995, desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Só é possível resolver esse tema a partir de um acordo político. O sindicato tem que pautar. Nossa carreira é isonômica, isso é uma violação de um direito constitucional. É o eixo da nossa carreira.

**“Houve um tempo em que o salário dos professores de Ifes se aproximava do vencimento dos juízes. Hoje eles ganham quatro vezes mais do que nós”**



**Dois professores da Ufsc estão sendo processados por escrever artigos sobre o tema?**

Desde o início de 2007 perdemos a liminar que nos garantia o pagamento da URP. Em maio de 2008 assumiu o novo Reitor, que trocou todos os pró-reitores, à exceção de um, o de Recursos Humanos. Dois colegas publicaram artigos no informativo da Apufsc, criticando esse pró-reitor porque acreditavam que algumas decisões dele na gestão anterior aceleraram a perda da URP. Esse pró-reitor se sentiu ofendido e em fevereiro de 2009, esses professores foram notificados de um processo judicial, na Justiça comum. Esse cidadão está processando eles por danos morais.

**Há uma mobilização da entidade em solidariedade aos professores?**

É a primeira vez na história da nossa Universidade que um pró-reitor processa professores. E ainda que alguém da nossa comunidade acadêmica processa colegas por artigos de opinião. Entendemos que isso é inadmissível. O ato de desagravo significa que esses professores não estão desamparados. Nosso sindicato está ao lado deles, mas isso não quer dizer que endossamos o que escreveram.

**“A nossa carreira está esculhambada! Através de ganhos judiciais, em algumas universidades os docentes ganham mais do que o dobro do salário normal”**

**Não se discute o conteúdo da manifestação.**

Esse é um problema de forma. Enquanto cidadão, ele teria todos os direitos de processar, mas não enquanto pró-reitor. Isso é abuso de autoridade! Deveria ter se afastado da função para abrir o processo. Ou ter buscado outros caminhos. O primeiro seria um artigo no próprio boletim da Apufsc. Ele está intimidando não apenas estes professores, mas sim toda a categoria. Isso compromete nosso direito à liberdade de expressão e viola a autonomia universitária na medida em que admite que a universidade não tem condições de dirimir suas querelas. ☹

**“A Andes não nos defendia coletivamente e nunca pautou a nova carreira nas mesas de negociação. Isso é uma violação de um direito constitucional, a isonomia”**





## Janelas Abertas

# Diálogos da filosofia com a ciência

**Projeto do Programa de Pós-Graduação em Filosofia quer retomar interlocução com a ciência e ampliar campos de pesquisa, atualmente restritos à história da disciplina.**

por **Naira Hofmeister**

Uma das mais consagradas formas de ler e pensar filosofia na história, o diálogo, foi o método escolhido para retomar uma prática quase esquecida na Universidade. O projeto Janelas Abertas propõe resgatar a interlocução entre filosofia e ciências através de encontros mensais no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Ufrgs). “Precisamos criar vasos comunicantes entre as pesquisas”, defende o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e mentor da ideia, Paulo Faria. A justificativa para incentivar o diálogo entre a produção filosófica e a científica é simples, mas remonta ao início do estudo da disciplina no Brasil.

O primeiro departamento de filosofia tupiniquim foi o da Universidade de São Paulo (USP), montado por um grupo de professores franceses cuja tradição no estudo da história da filosofia se mantém até a contemporaneidade. Aqueles que o sucederam em outros Estados invariavelmente seguiram a mesma tendência de pesquisa. O resultado é que foi justamente esse campo de atuação o mais desenvolvido no Brasil. “Mas a pesquisa em história se alimenta do passado, enquanto a criação original em filosofia nasce fundamentalmente da pesquisa científica”, observa Paulo Faria.

Apesar de ser claramente esse o objetivo do projeto – motivar a inspiração para novas abordagens filosóficas – o professor não é tão ambicioso por enquanto. “Não quero forçar a barra”, avisa. Por isso, além de restringir os encontros a uma vez por mês, ele revela dois objetivos pragmáticos e imediatos. O primeiro: “pôr na agenda filosófica questões da prática científica contemporânea”. O segundo: retomar a participação de professores do seu departamento no Grupo Interdisciplinar de Filosofia e História das Ciências (GIFHC), que apesar do nome, não tem

entre seus integrantes nenhum filósofo da Ufrgs. Apenas a professora aposentada Anna Carolina Regner, sua fundadora e que atualmente está ligada à Unisinos. “Não temos nenhum pesquisador na área de filosofia da ciência no nosso departamento”, revela Paulo Farias.

A consequência natural dessa falha é que disciplinas ligadas a esse tema estão sendo ministradas por docentes de outras áreas e em níveis elementares. Na biologia, por exemplo, os mini-cursos na graduação e uma disciplina do pós, que servem de introdução ao tema, são ministrados pelo professor do departamento de genética, Aldo Mellender de Araujo, que também coordena o GIFHC. “O preço que pagamos por este isolamento é a irrelevância já que nossa atividade nessa área tem pouquíssimo – para não dizer nenhum – impacto”, lamenta Faria.

## Primeira edição foi polêmica

O projeto iniciou as atividades no final de março e o primeiro diálogo entre filosofia e ciência suscitou polêmica. Coube ao professor Renato Zamora Flores, do Departamento de Genética da Ufrgs, abrir os trabalhos. E ele incitou o público com determinação. “Não consegui apresentar nem a metade dos slides que havia preparado”, alertou no encerramento do encontro, num misto de lamento e comemoração ao interesse dos participantes. É que o público não parou de contestar sua tese de que o ser humano não é dotado de livre-arbítrio, uma questão filosófica das mais elementares e que remonta a um debate clássico.

O professor apresentou pesquisas em neurociências que contrariam o modelo no qual a consciência é responsável pela ação humana. “Nossos resultados indicam que o cérebro toma a decisão antes que a



própria pessoa perceba isso”, refuta. Zamora Flores exemplificou com uma constatação que vem sendo construída em suas pesquisas sobre o comportamento violento nos homens. Segundo ele, a maioria dos indivíduos comuns possui uma parte do cérebro que se ativa quando presencia cenas violentas e é isso que as reprime. “Nos psicopatas ou assassinos essa parte do cérebro permanece apagada mesmo diante das imagens mais horripilantes”, revela.

Ou seja, ninguém escolhe ser mau ou bom. “Isso é consequência dos genes e do ambiente”, avalia Zamora. Essa conclusão por si só desperta mais uma abordagem filosófica: é possível ou não um indivíduo julgar outro, já que o funcionamento de seus cérebros, em tese, é diferente? Os alunos refutaram barbaramente a tese. “Não fiquem bravos por eu pensar diferente de vocês”, clamou o biólogo. “O importante é que o tema é comum e motiva a todos”, concluiu.

“Essa foi uma bela ilustração de como os problemas filosóficos estão presentes na ciência”, comemorou ao fim do diálogo o proponente do Janelas Abertas, Paulo Faria. Para as próximas edições estão previstas participações de cientistas da física, biofísica, história, antropologia e biologia. Alunos e professores do Programa de Pós-Graduação (PPG) suspenderam as aulas às quintas-feiras para participar. Mas o projeto, como o nome diz, pode ser acompanhado por todos os membros da comunidade – acadêmica ou não. ▴



Telmo Guerreiro





## Saramago recomenda à Obama leitura de Veias Abertas

O Prêmio Nobel português José Saramago expressou em seu *blog* a esperança de que o presidente norte-americano, Barack Obama, aproveite a leitura do livro *As veias abertas da América Latina*, do uruguaio Eduardo Galeano. Saramago fez a sugestão ao assistir as imagens da Cúpula das Américas quando o presidente da Venezuela Hugo Chávez presenteou o chefe da Casa Branca com o livro. "Quem quiser estar informado sobre o que passou na América, dessa América, desde o século 15, só ganhará lendo o livro de Eduardo Galeano", recomenda o escritor, que complementa com ironia. "Agora só nos falta ver como aproveitará Barack Obama a leitura das Veias Abertas. Bom aluno parece ser".

Publicado em 1971, o volume do escritor uruguaio faz parte da lista de clássicos da literatura latino-americana e contém uma exaustiva análise do saque a que foi submetida essa região desde sua colonização até finais do século 20.

Fonte: Prensa Latina



## MP quer cotas para modelos negros na SP Fashion Week

A exemplo do que já fazem mais de 50 universidades brasileiras, as grifes que participam da maior feira de moda do País, a São Paulo Fashion Week, poderão ter de adotar cotas para negros, segundo a proposta do Ministério Público do Estado. No ano passado, o percentual de modelos negros no evento não chegou a 3%, o que gerou denúncias da prática de racismo pelas grifes e um inquérito que é presidido pela promotora Déborah Kelly Affonso, do Grupo de Atuação Especial de Inclusão do MP paulista. "O percentual de modelos negros é bem menor que o de brancos. O objetivo da Promotoria é fazer um acordo de inclusão social. Estabelecer um número mínimo de modelos negros a desfilarem", afirmou a promotora. Segundo o IBGE os negros (pretos e pardos), correspondem a 49,7% da população brasileira.

A proposta do Ministério Público já começou a provocar a reação de empresários que participam da SPFW. A estilista Glória Coelho acha que "a cota pode interferir na obra do estilista", mas, curiosamente, num ato, falho considera muito natural que os negros participem do evento exercendo papéis subalternos. "Na Fashion Week já tem muito negro costurando, fazendo modelagem, muitos com mãos de ouro, fazendo coisas lindas, há negros assistentes, vendedoras, por que têm de estar na passarela?", afirmou.

Fonte: Agência Afropress

## Repórter da Globo desmente versão de cárcere privado

O repórter Vitor Hao da TV Liberal, afiliada da Globo no Pará, negou em depoimento à polícia que jornalistas tenham sido usados como escudos humanos em conflito entre sem terras e pistoleiros, em abril, na Fazenda Santa Bárbara. O depoimento contraria a versão da emissora de que repórteres foram mantidos em cárcere privado pelos trabalhadores rurais. A fazenda Santa Bárbara é administrada pelo Banco Opportunity, de propriedade de Daniel Dantas.

Fonte: Agência Chasque

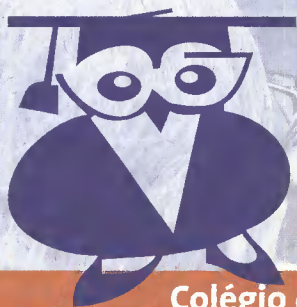
## Tratado pós-Quioto não encontra consenso

Diretores e consultores do mercado de carbono não confiam no fechamento de um novo acordo climático pós 2012, quando vence o Tratado de Quioto. As negociações começam na Conferência do Clima em Copenhague que acontece em dezembro. A leitura dos executivos é que ainda é cedo para os 192 delegados chegarem a um consenso. "Os Estados Unidos não terão posição. Os demais devem fazer o possível, mas dificilmente conseguirão fechar um acordo", afirma o diretor da Associação Internacional de Comércio de Emissões (IETA), Edwin Aalders.

O responsável pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do braço climático da ONU, Andrew Howard, atenua as previsões e afirma que em Copenhague serão desenhadas linhas gerais do novo acordo. Os aspectos mais práticos, como regras de redução ou mesmo mecanismos de flexibilização para ajudar os países a cumprirem as metas, serão construídos depois.

Fonte: Agências Envolverde e Carbono Brasil





Colégio de Aplicação

# Vanguarda do ensino crítico completa 55 anos

É comum ouvir entre os professores de graduação da Ufrgs, dos mais variados cursos, a seguinte afirmação: “Entre os meus melhores alunos estão os que vieram do Aplicação”. Talvez seja essa constatação, quase unânime, que leva milhares de pessoas a apostarem, todos os anos, na loteria do Colégio de Aplicação da Ufrgs (CAp). Todo mês de novembro e janeiro, a cena se repete: no saguão do prédio onde funciona o Colégio, no Campus do Vale, centenas de pessoas se acotovelam para assistir ao esperado sorteio público de vagas. “A imprensa já esteve aqui mais de uma vez para verificar como acontece, porque tem sempre alguém achando que pode haver marmelada. Mas é tudo muito transparente, qualquer pessoa pode vir e assistir”, convida o diretor do CAp, Edson Lindner.

Idealizado pela professora Graciema Pacheco, o Colégio de Aplicação virou realidade em 14 de abril de 1954, com a função de escola-laboratório para os cursos de graduação da Ufrgs, propósito que cumpre até hoje. Das duas salas que ocupou no prédio da antiga Filosofia, no Campus Central, passou a dois galpões de madeira montados no espaço entre a Faculdade de Arquitetura e o Curtume – atual Museu da Ufrgs – onde hoje existe um estacionamento.

Na segunda metade da década de 1960, as atividades do Colégio foram transferidas para os cinco primeiros andares do atual prédio da Faculdade de Educação (Faced) e, finalmente, em 1996, o CAp ganhou sede própria no Campus do Vale. Completando 55 anos de sua fundação, foi escola para milhares de alunos e centenas de professores, adaptou-se às mudanças de currículo ao longo desse tempo, mas conservou a característica original e peculiar de formar seres críticos e pensantes. “Tínhamos muito mais liberdade de expressão. Eu diria que o Aplicação nos ensinava a pensar”, avalia a jornalista Nara Branco, que estudou no CAp de 1969 a 1975 e faz parte de uma turma que até hoje se reúne para relembrar os tempos do colégio, falar do presente e do futuro entre um e outro gole de chope. O ensino que vai além dos livros é, sem dúvida, a marca registrada do CAp, que atualmente atende cerca de 700 alunos, de todos os anos da Educação Básica e da chamada Educação para Jovens e Adultos (EJA).

por Maricélia Pinheiro\*

\* colaborou Naira Hofmeister





## Da rigorosa prova de seleção ao sorteio aberto à comunidade

**O ingresso através de sorteio, adotado na década de 80, heterogenizou o corpo discente, desafiou os educadores e até hoje é criticado por quem não consegue admitir o rompimento da linha que perpetua o conhecimento entre as gerações da elite intelectual e econômica. Mais uma vez, o Colégio de Aplicação sai na frente no quesito democratização do ensino público de qualidade. O que só hoje, as universidades começam a por em prática com a política de cotas.**

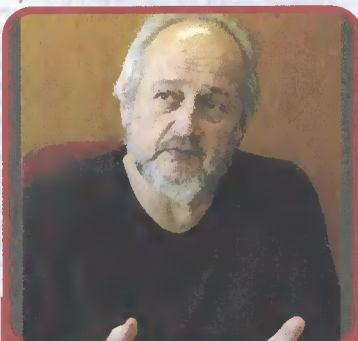
Pelos bancos do Colégio de Aplicação da Ufrgs passaram alunos que hoje são personalidades de destaque nos cenários estadual e nacional. No início, era comum jovens de uma mesma família frequentarem a escola, já que parte das vagas era destinada a filhos de professores. Logo em seguida, abriu-se uma porta para estudantes da comunidade externa, que enfrentavam um rigoroso teste de seleção. O resultado era um corpo discente homogêneo e altamente qualificado. “Certa vez um aluno me perguntou como era feita a profilaxia da dermatose serpiginosa, popularmente chamada de bicho geográfico. Eu não tinha a resposta, mas prometi trazê-la no dia seguinte. Descobri que ele havia lido sobre o tema em um livro do pai, que era médico. Então, era esse o nível de perguntas dos alunos do Aplicação”, recorda o professor aposentado Sérgio Cordeiro, que lecionou a disciplina de Biologia de 1965 a 2003.

O alto nível dos alunos, resultado da qualidade do ensino somada à realidade cultural na qual estavam inseridos – a maioria era oriunda de famílias cultas e letradas – conferia ao Colégio de Aplicação um *status* de escola de Primeiro Mundo e garantia um percentual grande

de aprovação no vestibular da Ufrgs. No entanto, a experiência com esse público culturalmente seletivo começou a dificultar a produção de material pedagógico para as demais escolas públicas, frequentadas por estudantes, em sua maioria, oriundos de classes populares. Sérgio Cordeiro acredita que esse fato pesou na decisão de mudar a forma de ingresso para sorteio aberto a toda a comunidade. “A partir daí, passamos a lidar com um público muito diversificado. Para nós professores foi um desafio enriquecedor”, observa.

Sem dúvidas, o ingresso através de sorteio público mudou a face humana do Colégio de Aplicação, por onde hoje circulam alunos das mais variadas etnias e classes sociais, e desafiou os educadores a buscar um nivelamento no ensino sem que houvesse perda de qualidade. Porém, mais importante do que tudo: democratizou o ensino público qualificado e formador de cidadãos críticos, quebrando a lógica de perpetuação do saber entre a elite cultural e econômica. “Lidamos com a mais variada gama de alunos, desde aquele que mora em vilas e tem pais com pouco estudo, até filhos de intelectuais e empresários”, ressalta o atual diretor do CAp, Edson Lindner, defensor convicto do ingresso por sorteio, que até hoje é criticado por muita gente.

Justo ou não, o sistema permite que a sorte seja lançada anualmente a filhos de operários, empregadas domésticas, costureiras, médicos, advogados, empresários, professores. E o resultado é um valioso processo de trocas, entre alunos de classes sociais diferentes, entre alunos e professores, entre alunos e funcionários, onde todo mundo sai ganhando, na medida em que se aprende a respeitar a diversidade. E mais: possibilita aos filhos das camadas populares circular nos espaços onde é produzido o conhecimento e fortalecer o sonho de ocupar uma cadeira na Universidade. Seja na fila do Restaurante Universitário (RU), ou em eventos culturais, o exercício de aprender está sempre presente.



**Flavio Koutzii** é político filiado ao PT. Foi vereador de Porto Alegre, deputado estadual e chefe da Casa Civil durante o governo Olívio Dutra. Atualmente é assessor do Tribunal de Justiça do Estado.

**1955** Sou da 2ª turma do Colégio de Aplicação, prestei o exame de admissão em 1955. Cursei lá o ginásio (as aulas eram em salas na Faculdade de Filosofia) e o científico, quando passamos a estudar em galpões situados atrás da Faculdade de Arquitetura. Em 1961 nos formamos.

É interessante notar que muitos dos intelectuais de esquerda do País passaram pelas salas de aula dessa instituição – aqui ou na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo. O Aplicação era o espaço onde estavam os jovens professores, a pedagogia inovadora, as experiências atrevidas, características responsáveis pela vanguarda que o Colégio de Aplicação representou em todo o Brasil. Como nas aulas de literatura do professor Carlos Apell, quando li Dom Casmurro, de Machado de Assis. Adolescente, me vi envolvido com os mistérios e as condições do amor e da vida. Fui apresentado à complexidade do ser humano e de seus sentimentos, que são muito mais complicados do que bilhetinhos cor-de-rosa. Camões, Lawrence, Durrel também nos ajudaram. Me marcou também a professora de história, Elita Copstein, que questionava as versões do historicismo português. Figuras muito diferentes, mesmo assim, nenhuma saiu da nossa memória: Dona Graciema, Dona Isolda, Professora Alba, Marta e tantos outros. As lembranças dessa época, são as mais nítidas de minha memória, e da minha vida. Talvez da primeira e última vez que fui feliz.





## Os diferenciais, as conquistas e os desafios

Enquanto as escolas tradicionais optavam pela rigidez do conteúdo formal e disciplina, deixando pouco ou nenhum espaço para a livre expressão de pensamento, o Colégio de Aplicação, em plena ditadura, instigava seus alunos a questionar. Como escola-laboratório, servia de campo de estágio para estudantes da graduação, o que estreitava a relação entre alunos e professores. E das brincadeiras que surgiam, como repetir cacoetes dos aspirantes à docência, para dividir uma mesa no Bar da Filô, era um pulo só. "Ali era nosso ponto de encontro, onde a gente se reunia para tomar chope, falar de política e articular as festinhas", recorda Nara Branco.

Outro diferencial do Aplicação, presente desde a fundação do Colégio, é o ensino interdisciplinar, metodologia que só foi adotada recentemente pelas demais escolas de educação básica. "O Sérgio Cordeiro, por exemplo, trabalhava muito com a etimologia, apesar de lecionar Biologia", conta Marilu Medeiros, que atuou na chamada série de transição entre o ensino primário e o ginásio. O professor confirma: nas aulas de Biologia, aprendia-se latim, química, física e matemática. "Normalmente, o conteúdo teórico era dado através das aulas práticas. Acredito que até hoje seja assim", ressalta Cordeiro.

Música, teatro, desenho e artes também faziam parte do cotidiano do CAP desde os primórdios. Tanto que no acervo do Colégio há uma significativa quantidade de fotos que retratam estas aulas entre os anos de 1954 e 1960. Até durante as festas populares celebradas na escola – Carnaval, São João e 20 de setembro – os alunos aparecem munidos de pranchetas, papel e lápis, concentrados em retratar os eventos através do desenho. "A Olga Paraguassu levava a gurizada para desenhar lá no Cais do Porto e em vários outros pontos da cidade. Era uma professora fora do comum", recorda Cordeiro.

A mudança da sede para o Campus do Vale e o ingresso através de sorteio trouxeram ganhos, mas alguns pequenos entraves. Um deles é uma menor interação com o entorno da Universidade, uma

vez que a antiga localização – no Campus Central – facilitava o deslocamento para atividades culturais.

Outro problema, que vem sendo enfrentado com firmeza e solidariedade, é garantir aos alunos de baixa renda a alimentação completa nos dias em que há dobra de turno. Alguns alunos moram longe, não têm como arcar com o custo das passagens para almoçar em casa nem para pagar o preço cobrado pela refeição na cantina arrendada. "Conseguimos uma verba para merenda e o próximo passo é construir uma unidade do RU", projeta o diretor Edson Lindner, que está em seu primeiro ano de um mandato de quatro.

Enquanto isso não acontece, a alternativa é trazer comida de casa e esquentar no refeitório, construído com verbas da Comunidade de Pais e Mestres (Copame), ou caminhar até o RU do Campus do Vale, opção proibida para os menores. "Muitas vezes, para que não falem as aulas da tarde, os professores se cotizam e pagam um lanche", relata a professora de francês Maria da Graça Saraiva Marques.

A ida para o Campus do Vale trouxe ainda problemas relacionados à segurança que a atual direção pretende resolver de uma vez por todas. O reforço se tornou ainda mais necessário a partir do funcionamento da escola no turno da noite, quando funcionam as turmas do EJA. "Já solicitamos à EPTC a mudança da parada de ônibus da Bento Gonçalves, de forma que haja um único acesso na escola com catraca eletrônica. E redobramos a exigência com relação ao uso do uniforme, pois ajuda no controle de quem entra e sai do Colégio. A Copame tem ajudado muito no fornecimento de uniformes para alunos carentes", revela Lindner. ☺



**Sônia Pilla** é pedagoga. Foi secretária da Educação no primeiro governo de Tarso Genro em Porto Alegre. Trabalhou também em projetos do Ministério da Educação e foi funcionária da Secretaria Estadual de Educação.

### 1959

Estudei no Aplicação em 1959, 60 e 61. Diferentemente de outros colegas, que tinham feito o ginásio na escola, cursei ali apenas os três anos do clássico. O começo foi assustador: ter que disputar uma vaga através de testes de seleção, me integrar numa escola nova, com colegas desconhecidos, superar os limites da minha formação anterior. Mas logo o Aplicação, nos seus dois pavilhões de madeira, revelou-se aquela escola que acolhe, que instiga, que desperta, que alia o esforço de aprender ao prazer de saber.

E as aulas de literatura, que eram também de música e de artes plásticas, o coral, o jogral, os passeios, as discussões sobre o sentido da história ou sobre o que é filosofia, os primeiros debates políticos, as festas, fizeram daqueles três anos, com certeza, os mais felizes da minha vida.





## Colégio de Aplicação BREVE CRONOLOGIA

**1954** – Nasce o Colégio de Aplicação, idealizado pela professora Graciema Pacheco, com o mesmo propósito atual: servir de laboratório para os cursos de graduação da Ufrgs e, ao mesmo tempo, promover o ensino além dos livros.

**1966** – A escola passa a ocupar cinco andares do atual prédio da Faced, no Campus Central. Até então, funcionava em um galpão de madeira construído na área entre a Faculdade de Arquitetura e o Museu da Ufrgs.

**1968** – É criada a Comunidade de Pais e Mestres do Colégio de Aplicação (Copame), dirigida por pais e professores voluntários, que tem sido fundamental na organização de eventos e viabilização de obras de infraestrutura.

**Final da década de 70** – Reforma do Ensino suprime um ano da educação básica, mas o Colégio de Aplicação, obtém junto ao MEC autorização para manter o mesmo número de anos letivos. Posteriormente, alunos conseguem na Justiça o direito de concluir o segundo grau a partir do terceiro ano. O quarto ano passou a ser facultativo.

**Início da década de 80** – A forma de ingresso no CAP, considerado colégio modelo, passa a ser por sorteio, com inscrições abertas à comunidade.

**1996** – O CAP é transferido para o Campus do Vale e passa a funcionar em um prédio novo, construído especialmente para as atividades do Colégio.

**1960** – O Colégio Aplicação era uma escola absolutamente diferenciada. As grandes escolas particulares não se comparavam nem de longe — e tinham consciência disso — ao padrão de ensino do Aplicação dos tempos da Dona Graciema Pacheco, Isolda Paes, Iná Medeiros, Rebeca Poiastro, do professores Jaime Werner dos Reis, Carlos Appel, entre outros grandes educadores. Era a única escola que tinha aulas de manhã e à tarde.

Estudamos lá durante o período da repressão, mas no Aplicação aprendemos a ser livres de rótulos ideológicos. Com muito jogo de cintura e convicção, o Colégio conseguiu desprender-se do oficialismo sem perseguir politicamente nenhum aluno, como era comum na época, mesmo no meio secundarista.

O currículo era revolucionário e justificava o fato de a escola ser experimental. Lá aprendi a amar os livros e a leitura, o que não é pouco para uma escola. São inesquecíveis as aulas de filosofia, literatura, francês e português. Em tempo: na minha turma éramos 14 alunos fazendo vestibular de arquitetura e os 14 passaram na Ufrgs direto. Isto diz tudo do grande e saudável Aplicação.



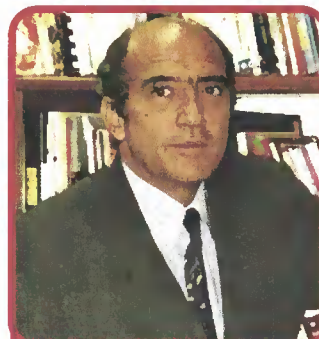
**Sergio Nogueira** é professor de português. Autor de diversos livros, também atua como instrutor e consultor do jornalismo da TV Globo. Aos sábados, participa do quadro *Soletando*, no programa *Caldeirão do Huck*.

**1972** Fiz meu curso de Letras na Ufrgs entre 1969 e 1972. Naquela época o Instituto de Letras funcionava ao lado da Reitoria, próximo ao

Colégio de Aplicação. Eram tempos difíceis: repressão, professores cassados, faculdade diariamente cercada por militares. Mesmo assim, enfrentamos todas as dificuldades.

No mesmo ano da formatura, tivemos a oportunidade de ministrar nossas primeiras aulas. O estágio foi no famoso e temido Colégio de Aplicação. O nível dos alunos era altíssimo, o que aumentava a nossa responsabilidade. Para mim, foi indicada a terceira série do curso científico, hoje nível médio. Foi uma experiência inesquecível. Naquele momento, tive total certeza da minha vocação e a convicção de que tinha feito a escolha correta. Eu me tornava professor. Assim comecei a realizar o meu sonho. Hoje são quase 40 anos de sala de aula. Com muitas alegrias e nenhum arrependimento.

Sempre que vou a Porto Alegre posso matar a saudade dos meus colegas Sérgio Gonzaga, Regina de Conti, Maria Francisca, Vera Marques e tantos outros no Bar do Antônio.



**Ivan Pinheiro Machado** é arquiteto e sócio da editora L&PM. Em seu currículo estão mais de 20 exposições como pintor, inclusive internacionais. Também criou mais de 600 capas de livros e desenvolveu projetos gráficos.



# O futuro começa agora

**Mobilização histórica dos profissionais da Universidade derruba Ruben Eugen Becker. Nova reitoria pretende recalcular o valor da dívida com a União e já negocia o parcelamento.**

por **Naira Hofmeister**

Ruben Eugen Becker não resistiu. Havia meses que os funcionários das categorias de profissionais empregados na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) denunciavam que a crise da instituição estava intimamente ligada à gestão personalista e autoritária promovida pelo antigo reitor (reportagem na edição 163 da revista *Adverso*/ janeiro de 2009). Mas quando o Ministro da Educação, Fernando Haddad, declarou que ele atrapalhava as negociações de uma possível ajuda federal à instituição, sua permanência ficou insustentável. Depois de 30 anos comandando a Ulbra, Ruben Eugen Becker renunciou ao cargo de reitor da maior instituição de ensino privado do Rio Grande do Sul e a terceira maior do País. “Os professores vinham denunciando essa cultura da arrogância desde o ano passado. Pela sua coragem, se credenciaram a protagonistas de uma mudança histórica na Ulbra”, comemora o diretor do Sinpro-RS, Marcos Fühler. A avaliação dos sindicatos é de que a mudança só foi possível graças à mobilização das categorias, que através de greves e atos públicos chamaram atenção da imprensa para o problema.

O substituto de Becker é Marcos Fernando Ziemer, ex-diretor de unidades da Ulbra em Ji-Paraná e Porto Velho (RO) e Palmas (TO), no mesmo dia em que foi escolhido, 17 de abril, Ziemer convocou uma coletiva de imprensa para anunciar que “a tônica da gestão será de informação e transparência”. A primeira atitude foi exigir que os novos diretores abrissem suas declarações de Imposto de Renda. Também foi criado um *blog* com informações relativas à reestruturação. A assessoria de imprensa está agendando entrevistas exclusivas com meios de comunicação e os sindicatos voltaram a ser recebidos na Reitoria. “Assim, a comunidade acadêmica terá maior segurança sobre as decisões que estão sendo tomadas e podem avaliar os rumos da Universidade daqui para frente”, defende Ziemer.

## **Professores voltaram ao trabalho, mas hospitais permanecem fechados**

Com a boa vontade da nova reitoria em negociar, os trabalhadores na área da educação voltaram às

atividades no dia 23 de abril, depois de 17 dias em greve.

Mas na área da saúde as notícias não são tão promissoras. Com salários atrasados, os funcionários reclamam. “O problema dos professores foi resolvido, mas os médicos estão sem receber desde dezembro de 2008. É uma falta de respeito com quem ficou cuidando dos pacientes até que fossem transferidos para outras instituições”, desabafa no *blog* uma médica do Hospital Universitário.

Dos quatro hospitais, apenas o de Tramandaí está atendendo – graças a uma parceria com a prefeitura local. O caso pode servir de modelo para que as administrações de Canoas e Porto Alegre assumam também as unidades em seus municípios. “O custo dessa operação, só para Canoas, será de R\$ 2 milhões por mês”, calcula o presidente do SindSaúde, João Menezes, sem parecer muito confiante no sucesso da empreitada proposta pelo prefeito Jairo Jorge (PT), que era integrante da gestão de Becker antes de se eleger.

## **Dívida terá que ser paga**

Internamente os gestores da Ulbra concentram-se na repactuação da dívida de R\$ 2 bilhões com a Receita Federal. Segundo informações da Vara Federal Cível de Canoas, onde correm os processos, R\$ 700 milhões não podem ser contestados. A nova direção da Ulbra tenta novamente rever o cálculo dos R\$ 1,3 bilhões restantes, cuja origem seria imunidade filantrópica não comprovada pela instituição.

Há um entendimento de que a União pensa em perdoar parte da dívida da Ulbra. Mas os responsáveis pelo caso na Justiça Federal afirmam que uma anistia é “juridicamente impossível”. Apesar disso, um acordo judicial foi firmado após a posse da nova diretoria: estão proibidos os bloqueios de contas por 60 dias, prazo em que a Universidade se compromete a fazer um levantamento dos bens que podem ir a leilão para honrar o débito. Essa é uma das principais polêmicas que envolviam o antigo reitor Ruben Eugen Becker, acusado pelos sindicatos de “confundir” o patrimônio pessoal com o da instituição. ☛



# Projeto de Alfabetização do governo do RS é um retrocesso, afirma o Cpers

texto e fotos Maricélia Pinheiro

Na edição passada, ouvimos a secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu, sobre o Projeto de Alfabetização que vem sendo implantado na rede estadual desde 2007. Além de resgatar antigos métodos, como o fônico – onde a criança aprende o som das letras e fonemas muitas vezes de uma maneira descontextualizada – o projeto do governo tem como principais parceiros a iniciativa privada e caminha em busca de uma única meta: alfabetizar todas as crianças até os 8 anos.

O desempenho dos professores será medido através da avaliação dos alunos. Embora as escolas sejam livres para escolher se adotam ou não o projeto, a Secretaria de Educação (SEC) só garante material didático e cursos de capacitação para quem aderir. Mariza Abreu faz ainda duras críticas à Universidade, quando afirma que esta não prepara professores para alfabetizar, no entanto admite que se os gestores de educação fossem indagados sobre que tipo de professores a escola pública precisa, não saberiam responder.

Nesta mesma entrevista, publicada na edição de abril, a secretária garantiu que o corte de ponto está legitimado, ainda que os professores tenham recuperado os dias parados, e avisou: “Se outras greves acontecerem no serviço público, o ponto será cortado”. Com relação à Ação Direta por Inconstitucionalidade (Adin), movida pelo governo do RS contra o piso nacional de R\$ 950 para os professores – assegurado por Lei Federal, aprovada e sancionada pelo presidente da República – a secretária Mariza Abreu afirmou que o governo é favorável ao piso,

desde que este não seja o vencimento básico e sim a remuneração total.

Para a edição de maio, ouvimos a presidente do Cpers Sindicato, Rejane Silva de Oliveira, sobre os diversos temas abordados pela secretária Mariza Abreu. Para a sindicalista, o Projeto de Alfabetização implantado na rede pública representa um retrocesso na educação, na medida em que padroniza o ensino e não respeita a bagagem cultural do aluno e a realidade de cada comunidade escolar. Ela critica o fato da SEC injetar dinheiro no setor privado, quando poderia buscar parceria com a universidade pública, local onde é produzido o conhecimento. E avisa que os professores já estão se mobilizando para combater a tentativa do governo de alterar o Plano de Carreira do Magistério, retirando tudo que foi conquistado pelos trabalhadores em educação ao longo dos últimos 30 anos. “Nem no tempo da ditadura enfrentamos um governo tão desqualificado e violento como o atual”, afirma Rejane.

Na próxima edição, publicaremos a opinião da professora Iole Faviero Trindade, do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Ufrgs (Faced). Ouvimos também a professora Suzana Schineider, que defendeu recentemente dissertação de mestrado na Ufrgs intitulada “O Projeto Piloto de Alfabetização do Rio Grande do Sul: um olhar de estranhamento sobre seus materiais didáticos”. Em seu depoimento, Suzana conta que não obteve autorização da SEC para acompanhar as aulas nas escolas onde o Projeto estava sendo desenvolvido em 2007.



## O Projeto de Alfabetização da SEC/RS

"A educação no Rio Grande do Sul está vivenciando um retrocesso no que entendemos como educação de qualidade. O Projeto de Alfabetização implantado pelo governo Yeda é um exemplo claro disso, principalmente porque não respeita a realidade de cada aluno e não se utiliza da experiência destes. Uma educação que forma para a cidadania deve aproveitar o que o aluno traz na sua bagagem, na sua vivência, deve levar em consideração a realidade em que o aluno vive, seja econômica, cultural ou regional. Seria ainda preciso que os projetos fossem debatidos com a comunidade escolar. Mas o que o governo vem fazendo na Educação é padronizar o conhecimento. E de uma forma negativa. A secretária de Educação tem dito barbaridades no que diz respeito à educação. Recentemente declarou que a educação só vai ser de qualidade quando as provas saírem prontas da SEC. Essa proposta deixa de lado todo o histórico de uma comunidade escolar.

Há muitos anos, minha mãe e eu fomos alfabetizadas pelo chamado "método da abelhinha", um método padronizado que tinha como base a repetição, não respeitando aquilo que a gente concebe enquanto educação, que é o indivíduo, a pessoa. Era um método sem qualquer capacidade de fazer com que o aluno desenvolvesse habilidades importantes para a construção do conhecimento.

O retrocesso está explícito na tentativa do governo de fazer com que a escola pública entre em um processo mercadológico, onde nossos alunos são as mercadorias e o mais importante são as metas de produtividade. Veja à contradição do Projeto de Alfabetização: o que vai

determinar o bom desempenho do aluno e do professor é uma prova. Todo o período que passei em sala de aula, lecionei em escolas de periferia, onde muitos de meus alunos chegavam na escola com marcas da violência familiar. Imagina uma criança que sofre violência doméstica e chega à escola, muitas vezes buscando uma fuga, e se depara com uma prova em um momento tão delicado. Ou seja, a secretária Mariza Abreu e a governadora Yeda negam todos os instrumentos de avaliação para se ater a um único: uma prova, que retrata apenas um momento que o aluno está vivendo. Enquanto nós compreendemos que uma avaliação passa pela observação do professor, pela participação do aluno, pelo seu processo de desenvolvimento e integração na sociedade. A prova é apenas um desses elementos. Importante, mas não pode ser definidor".

## O papel da escola pública

"Além de promover a construção do conhecimento e ministrar os conteúdos formais, a escola tem que cumprir o papel social de formar para a cidadania, preparar para a vida, desenvolver valores. Então, se a escola pública não der conta dessa tarefa, principalmente em tempos de violência, drogas, miséria, desemprego, podemos assegurar que a educação não é de boa qualidade. E a proposta do atual governo vai justamente no sentido de tirar o papel social da escola pública e transformá-la em uma instituição de resultados, com metas de produtividade. Com isso, o governo tenta fugir do debate de uma política salarial, no momento em que aplica uma prova padronizada para avaliar não apenas o desempenho do aluno, mas também dos professores. Ou seja, a valorização profissional virá através de prêmios concedidos de acordo com o resultado das avaliações. Em contrapartida, não diz quanto vai investir a mais para garantir essa qualidade e esse bom desempenho, porque quer jogar nas costas dos trabalhadores as mazelas da educação pública do Estado. Essa estratégia não só destrói a educação como também busca tirar do governo a responsabilidade de garantir uma educação de qualidade e valorizar o servidor público".

## A interferência do setor privado

"Outra questão é que cada vez mais o governo se retira enquanto garantidor daquilo que é um direito da população e uma obrigação do Estado, na medida em que joga para a iniciativa privada o que deveria ser o seu papel. Hoje nós temos a interferência do setor privado não só nas relações dentro das escolas como nos projetos político-pedagógicos. Isso significa o fim da autonomia das escolas, pela qual lutamos muitos anos. O projeto da secretária Mariza Abreu e da governadora Yeda busca também acabar com a Lei de Gestão Democrática. Já disseram inclusive que os diretores irão fazer provas e podem ser substituídos e até demitidos, tirando da





comunidade o direito de escolher quem vai dirigir a escola. Isso é um retrocesso na democracia. Podemos afirmar que esse é o pior governo que já enfrentamos, sem nenhuma capacidade de diálogo e de construção com a comunidade escolar”.

### **A estratégia do governo para reduzir a escola pública**

“A governadora Yeda hipotecou a escola pública para o Banco Mundial, em troca de um empréstimo grandioso para o Estado do Rio Grande do Sul. A partir desse contrato, ela decidiu reduzir o número de escolas. Foram fechadas mais de 200 no Estado, sob o argumento de que havia poucos alunos e de que poderia otimizar a educação. Até os termos usados são mercadológicos (otimizar). E como já dizíamos, quanto mais se fecha escolas, mais se abrem presídios. Porque dentro dessa lógica do atual governo de destruir a escola pública e diminuir o acesso, os alunos ficam jogados no mundo, propensos à marginalização.

Existe uma estratégia do governo montada da seguinte forma: começou falando de uma crise – que todos os institutos de economia disseram que não era diferente das de outros governos – para justificar os cortes. Aí cortou 30% das verbas de manutenção das escolas, implantou a multisseriação – colocando alunos de três séries em uma mesma sala de aula, com conteúdos diferentes, graus de exigência diferentes, faixas etárias diferentes – e a enturmação, com 50 alunos em uma sala de aula. Visitei escolas no interior, onde o cesto do lixo ficava no corredor porque não cabia na sala e o professor não podia passar entre as classes para dar um atendimento individualizado ao aluno, nem o aluno podia levantar e ir até a mesa do professor. Tem ainda o fechamento das bibliotecas e laboratórios de informática.

Ou seja, o governo usa a crise para fazer os cortes, sucateia em nome dessa crise, diminui a escola em todos os sentidos e agora apresenta um projeto de plano de carreira que trabalha com a premiação, gerando uma disputa entre escolas e professores: qual é a melhor e a pior escola, qual o melhor e o pior professor, qual o melhor e o pior aluno. Tem que haver vitoriosos e derrotados, incentivando a lógica da competição. A secretária, em sua ignorância, disse que “o mundo é uma selva, e que o maior come o menor”. Ela usou essa frase em um debate que fez comigo. E é assim que ela trata a educação: como uma selva. Na verdade, não existe nenhuma preocupação com a educação pública no Rio Grande do Sul”.

### **O RS utiliza um modelo fracassado**

“Esse descompromisso com a educação é uma tendência do projeto liderado pelo PSDB, que é o partido da governadora e da secretária. Em São Paulo e em Minas Gerais, pesquisas mostram uma queda na qualidade da educação. Em Alagoas, a situação é tão crítica que há

escolas onde os alunos se revezam para ocupar uma cadeira. Essa é a face do PSDB, a face dos neoliberais. Esse mesmo projeto de educação, que está em andamento no Rio Grande do Sul, já vem sendo aplicado em outros estados onde o PSDB governa e tem sido um fracasso. Ou seja, o governo do RS busca um modelo fracassado. Isso é muito grave e um desrespeito com tudo que conquistamos ao longo da história, não apenas os trabalhadores em educação, mas toda a sociedade gaúcha, através dos mais variados movimentos e articulações. Conquistas como a Lei de Gestão Democrática, a autonomia financeira das escolas, uma educação pública que sempre esteve entre as melhores do País, tudo isso está sendo destruído”.

### **Sobre a afirmação da secretária de que a Universidade não forma alfabetizadores**

“O governo que aí está precisa, antes de desconstituir tudo, para depois implementar o seu projeto de destruição. E não deixa de fora nem o trabalho construído pela Universidade. Nós do Cpers, por exemplo, quando promovemos atividades pedagógicas, sempre nos utilizamos do conhecimento produzido pela Universidade. Há professores, como o José Clóvis, a Vera Peroni, entre outros, que têm dado uma contribuição enorme. Na verdade, quem tem demonstrado que não possui qualquer capacidade de lidar com a educação são a secretária Mariza Abreu e a governadora Yeda”.

### **Corte de Ponto**

“A Assembleia Legislativa propôs uma emenda resgatando o ponto e o salário dos trabalhadores grevistas, até porque as aulas foram recuperadas, mas a governadora vetou. E o veto foi aprovado porque alguns deputados venderam, de forma vergonhosa, a sua consciência. Inclusive deputados que haviam assinado a emenda que propunha o resgate do ponto, depois votaram a favor do veto da governadora, por conta de um balcão de negociações promovido pelo governo.

Sempre houve reposição de aulas depois das greves, porque esse é um compromisso que temos com a sociedade. Não havia porque criar uma punição para quem lutou por seus direitos. Não respeitar a Constituição Federal, que reza o direito de greve, não respeitar o direito dos trabalhadores de receberem seus salários, já que houve reposição das aulas, revela o autoritarismo do atual governo. Mas esse governo precisa se mostrar autoritário, porque é fraco. Um governo forte dialoga, negocia, argumenta. Um governo fraco precisa utilizar a força, como já aconteceu na frente do Palácio Piratini de várias pessoas irem parar no Pronto Socorro devido à violência cometida por policiais.

O Cpers já enfrentou todos os governos, mas nenhum deles foi tão desqualificado e violento como o atual. Nem



no tempo da ditadura”.

### Os 30 anos de luta

“A primeira greve, em 1979, é um marco muito importante para a nossa categoria, que construiu uma história de resistência, de enfrentamento, de coragem, de dignidade. Nenhum governo nos deu qualquer benesse, tudo que temos hoje foi conquistado através da luta e da mobilização, o que muito nos orgulha. A nossa categoria sempre surpreende positivamente, quanto mais o governo tenta nos calar com decretos, com cortes de ponto, entre outras ameaças, mais levantamos a cabeça e vamos para a luta. Este ano, que comemoramos também os 64 anos do Cpers, temos feito exposições com fotos e outros materiais que resgatam as nossas lutas; para que a categoria perceba que foi justamente quando se mostrou força e unidade, que se obteve as maiores conquistas. A greve é a ferramenta de luta que nós alçamos mão no limite da necessidade. Agora, por exemplo, estamos vivendo um período de mobilização, porque se a governadora encaminhar um projeto tentando mudar o nosso plano de carreira nós vamos ter que agir”.

### As alterações no Plano de Carreira propostas pelo governo

“O nosso atual Plano de Carreira é composto por um vencimento básico, progressão por níveis de acordo com a habilitação, valorização da experiência por tempo de serviço – triênios – e a avaliação por desempenho. Então, ele contém todos os elementos constituídos na LDB. O governo quer acavalar os níveis 1, 5 e 6 e abolir os níveis 2, 3 e 4, onde se encontra um pequeno número de trabalhadores. Isso porque hoje o vencimento básico dobra do nível 1 para o 6 e o governo quer que essa diferença caia para 50%, ou seja, achatar os valores da progressão da Carreira. Quer também que a nossa progressão ocorra a partir de uma premiação, concedida apenas aos ativos. Portanto, os aposentados terão seus salários congelados. O grande desafio do Cpers agora é lutar para garantir os direitos já conquistados e para que o RS tenha uma educação de qualidade, que prepare para a vida, que forme para a cidadania, que desenvolva valores. Para isso, preci-



samos da participação da sociedade, por isso já instituímos o Fórum Popular da Educação Pública do RS, temos participado de vários debates com a Universidade, instituição que valorizamos e com a qual contamos para a elaboração de um projeto político-pedagógico”.

### Piso nacional para os trabalhadores da Educação

“O piso nacional de R\$ 950 só representa uma conquista para a nossa categoria se for o vencimento básico do Plano de Carreira. O que a secretária e a governadora querem é que o valor do piso seja o total da remuneração. Isso não resolveria nada na nossa vida financeira. A maioria dos Estados já implantou a Lei, inclusive em janeiro passado houve o primeiro reajuste do piso. O projeto que o Executivo estadual encaminhou à Assembleia Legislativa descaracterizava a Lei do Piso justamente por considerar o valor de R\$ 950 a remuneração total mínima. A Lei do Piso Nacional é muito clara. Em 2009, o vencimento básico dos planos de carreira deve ser igual a dois terços do piso e em 2010 deve ser o valor total. E os estados que não têm plano de carreira, devem constituir os. Isso tudo está na Lei, que não deixa dúvidas. Quem está tentando, de alguma forma, desconstituir a Lei, é o governo Yeda. A nossa categoria não vai admitir que nos tirem conquistas como o Piso Nacional e o Plano de Carreira”.



# Letras e música na Ufrgs



[www.livraria.ufrgs.br](http://www.livraria.ufrgs.br)

Mais de 600 livros estão à venda no site da Editora da Ufrgs. Os lançamentos estão expostos na página principal, mas o leitor pode realizar buscas pelo título da obra, autor, ISBN ou assunto. No link promoções, há livros com descontos que chegam a 50%. As compras devem ser pagas através de boleto bancário, à vista, e são entregues em todo o território nacional através do serviço de Sedex. Ligada à Pró-reitoria de Coordenação Acadêmica, a Editora da Ufrgs já publicou mais de 800 títulos e recebeu inúmeros prêmios em diversas instâncias do mundo cultural e científico. As obras publicadas possuem cunho acadêmico e privilegiam autores da própria instituição.

<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/>

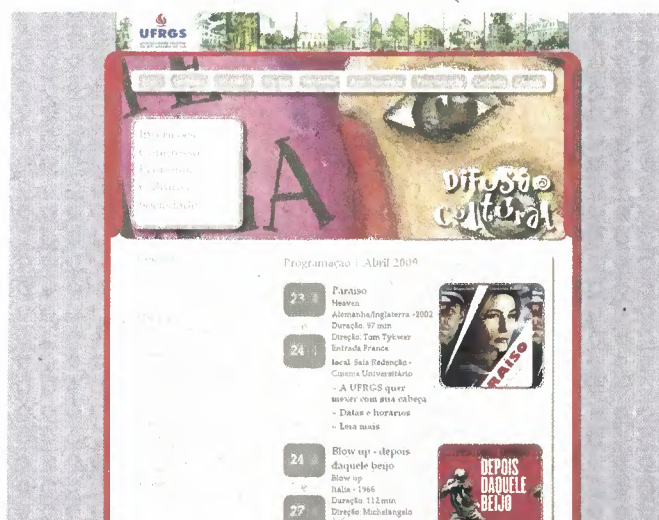


A página virtual do Jornal da Universidade permite ao leitor navegar pelas matérias da edição mais recente publicada. É possível também acessar as oito edições anteriores nesse formato, cuja diagramação é especificamente pensada para o meio virtual. O site disponibiliza os jornais publicados desde 2005 no formato PDF, que pode ser salvo no computador e lido através do Adobe Acrobat. Além disso, traz e-mails da redação, telefones e endereços para correspondência e sugestões de pauta. O Jornal da Universidade é uma publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da Ufrgs e está no seu 12º ano de existência.

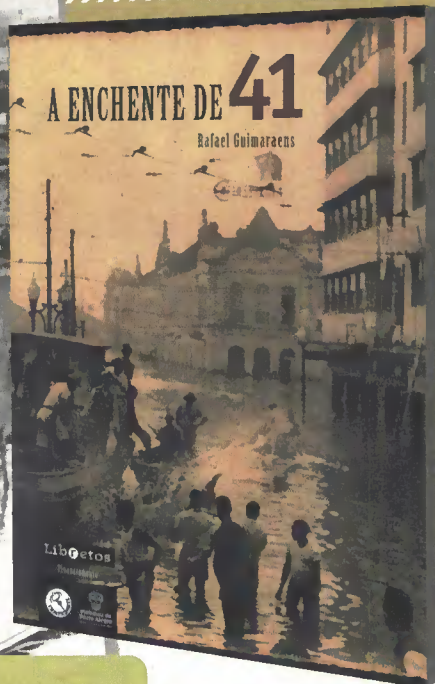
[www.difusaocultural.ufrgs.br](http://www.difusaocultural.ufrgs.br)

A programação completa idealizada pelo Departamento de Difusão Cultural pode ser encontrada no endereço virtual. Em 2009, a linha geral da proposta é "A Ufrgs quer mexer com sua cabeça" e traz atrações de cinema, teatro, música, além de debates e reflexões sobre a arte e seus produtos. Em maio, por exemplo, acontece o Congresso Economia, Cultura e Sociedade.

Os programas de teatro das salas Quorpo Santo e Alziro Azevedo e as mostras de cinema da Sala Redenção são geralmente gratuitos. Na área musical, destaque para o projeto Unimúsica que completou 28 anos, o Vale 12h30min, uma mostra de bandas universitárias e o recente Ospa Ufrgs, que trouxe os concertos da Sinfônica de Porto Alegre ao salão de Atos da Reitoria. O projeto também promove encontros com os maestros e retoma os concertos didáticos.







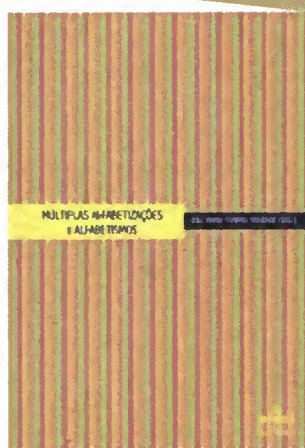
100 páginas  
R\$ 20

## A Enchente de 41

Rafael Guimaraens \*

Libretos Editora – Com financiamento do Fumproarte

Em forma de álbum, o livro tem o objetivo de mostrar o que aconteceu durante os meses de maio e abril de 1941, quando Porto Alegre viveu a maior catástrofe da sua história. Primeiro, veio a chuva. Depois, a fúria dos rios, que violou domicílios e estabelecimentos. Uma enchente de 22 dias quebrou a rotina da cidade de forma violenta, espalhando pânico e desespero. Cerca de 70 mil pessoas deixaram suas casas. Mais de 600 empresas demoraram meses para reabrir. Muitas não conseguiram. As imagens expõem o trauma e as impressionantes modificações que a cidade sofreu naqueles dias. O trauma documentado, quando o Guaíba se voltou contra a cidade. Este álbum é uma homenagem aos fotógrafos profissionais e amadores que navegaram pelas ruas e deixaram impressa a dimensão da tragédia.



232 páginas  
R\$ 30

## Múltiplas Alfabetizações e Alfabetismos

Iole Maria Faviero Trindade  
Ufrgs Editora

Uma obra produto da reflexão crítica no eixo temático da educação, onde os textos refletem a discussão sobre as questões centrais, que ocupa o pensamento de nossos teóricos e educadores no mundo globalizado e pós-moderno de hoje: diferença, identidade, contexto e discurso.

160 páginas  
R\$ 20

## Tramando falas e Olhares, compartilhando saberes

Contribuições para uma educação antirracista no cotidiano escolar

Rita de Cássia Camisolão  
José Antonio dos Santos  
Vera Neusa Lopes  
Ufrgs Editora

Esta obra contempla reflexões de modo que o leitor perceba o papel das relações étnico-raciais na construção das identidades, reescreva o lugar do negro na história e na cultura brasileira e dialogue com o cotidiano escolar, na perspectiva de provocar mudanças na sociedade centradas no atendimento das diversidades étnico-raciais, culturais e de gênero.





# QUEM DISSE QUE não ia SE ADAPTAR?

Todos os estilos, figurinos e tipos que se pode imaginar foram ver Arnaldo Antunes na primeira apresentação de 2009 do projeto Unimúsica, do núcleo de difusão cultural da Ufrgs.

por Naira Hofmeister

Quando Arnaldo Antunes me garantiu que seu público era variado, não imaginei que fosse tanto. Na primeira fila dava para ver que a patricinha tinha caprichado no visual. Cabelos louros amarrados num rabo de cavalo bem no alto da cabeça, bolsa prateada combinando com o cinto. Ao seu lado, uma gurja que havia pintado parte das melenas de azul — as laterais da cabeça estavam inteiramente raspadas. Separado delas por umas três ou quatro poltronas, um coroa com sua filhinha me deixa em dúvida: veste uma bata *hippie*, mas traz na orelha argolas douradas e grandes. Os traços bem marcados na face, o nariz fino e comprido e a pele escura me levam à conclusão de que o sujeito é um cigano daqueles saídos das histórias que minha avó contava para me convencer a não fugir do colégio. Vi um pessoal com menos de 10 anos e brinquinho na orelha. Outros com mais de 60. *Nerds*, *groupies*, *blazês*. Gente de moleton ou de maquiagem. Todos os estilos, figurinos e tipos que se pode imaginar foram ver Arnaldo Antunes na primeira apresentação de 2009 do projeto Unimúsica, do núcleo de Difusão Cultural da Ufrgs. “Meu público é tudo!”, resumira o cantor-compositor-poeta uma hora antes do bate-papo que tradicionalmente antecede os shows do Unimúsica.

Quando ele disse isso foi impossível não lembrar do *hit* oitentista que prometia “Não vou me adaptar”, gravado na época em que era um Titã. Eu ainda imaginava Arnaldo como um representante dos rebeldes, daquele pessoal que mesmo querendo, não consegue disfarçar sua estranheza quando passa na rua. Ele mesmo, magrão e alto, voz doce e cara de mau, sempre o mesmo figurino — aquela camisa abotoada até o gogó — encarnava essa definição. Tudo bem que teve os Tribalistas, cujas letras e músicas se enquadravam bem nos moldes das canções “da moda”, das rádios. Mas fiquei realmente surpresa quando ele garantiu: “Minha

intenção sempre foi ser pop! Eu nunca quis fazer a defesa do *underground* nem ter um público pequeno. Faço música contando com que seja sucesso, que toque na rádio, que as pessoas cantem”.

Impossível pensar que versos que rimam doenças e síndromes como em “O Pulso” ou a desconstrução proposta em “O Silêncio” tenham sido compostos para o consumo de massas. E o que dizer de “Hotel Fraternité”: “Meu inimigo / debruçado sobre o balcão / na cama em cima do armário / no chão por toda parte / agachado / olhos fixos em mim / meu irmão”? Apenas para não sair do repertório apresentado na Ufrgs.


Arnaldo se explica. “Todo artista é comercial. A gente faz música, vende disco... O que não pode existir é fazer concessões artísticas em prol de uma vendagem maior. Isso não faz parte da minha natureza de trabalho”. Afinal, ele admite. “Para mim o mais importante é garantir a continuidade do meu trabalho. Ter um público que me garanta o próximo passo, o próximo disco”.

O mais engraçado é que aquele pessoal com a maior pinta *rock'n roll*, que eu achava que ia “quebrar tudo” no show, ficou sentadinho. Do início ao fim. Fiquei com a impressão que Arnaldo estava um pouco decepcionado, porque quando conversamos antes do espetáculo ele tinha dito: “Gostaria que tivessem ainda mais shows para estudantes, porque é um público muito quente, vibrante, que eu adoro!” Especialmente nas primeiras canções ficou visivelmente ansioso. Aí não teve jeito: trisçou um “Pedido de Casamento” e, quando viu que a galera cantava baixinho, suspendeu os instrumentos e deixou o coro sozinho. “Mais uma vez”, ele se deleitava com a cantoria da plateia. No final da música, avisou. “Vocês ficam bem melhores quando estão cantando junto comigo”. Não adiantou muito porque o pessoal continuou mudo, mas acho que dali em diante ele se



sentiu mais seguro.


Mas na metade do show eu concordei com a audiência. Era um espetáculo para assistir sem interferência. O trio formado por Chico Salem (violões de aço e nylon), Betão Aguiar (guitarra e violão de nylon) e Marcelo Janeci (teclados e sanfona) em círculo, parecia mais uma roda de amigos no bar do que banda no palco. É provável mesmo que a intenção fosse um clima mais intimista porque as luzes do teatro permaneceram totalmente apagadas do início ao fim. O figurino cinza bolado por Marcelo Sommer e o vídeo em preto e branco da dupla Márcia Xavier e Doca Corbett estavam em sintonia com o som metálico do microfone distorcido. Além do mais, só assim a gente podia ouvir detalhadamente a poesia.

**É que Arnaldo Antunes não é só intérprete,** nem só músico, nem só compositor. Ele é tudo ao mesmo tempo. "Posso fazer várias modalidades de coisas. Trabalho visual, canção, instalação, poema escrito, prosa. Mas não me vejo fazendo música instrumental ou um trabalho plástico que abra mão do verbal. Eu gosto de juntar esses códigos, mas a palavra é o porto seguro de onde me aventuro". Aliás, foi por isso que recebeu o honroso convite de abrir a série Cancionistas do Unimúsica, que em 2009 vai trazer para o palco da Reitoria da Ufrgs nomes badalados como o pernambucano Lenine, o uruguaio Daniel Drexler (irmão pobre do vencedor do Oscar de Melhor Canção, Jorge Drexler), Kristoff Silva – que é parceiro de Elza Soares, Caetano Veloso, Zé Miguel Wisnik – e os pratos da casa Leandro Maia e Richard Serraria. 






**ARNALDO  
ANTUNES**

**ANTONIO  
PINTO**

**EDGARD  
SCANDURRA**

**TACIANA  
BARROS**

## Canção de ninar

Pai de quatro filhos, Arnaldo Antunes está lançando um projeto chamado "Pequeno Cidadão", em conjunto com Edgar Scandurra, Taciana Barros e Antonio Pinto. É um disco para crianças. Ele já tinha experiência no ramo: teve canções infantis gravadas pelo grupo Palavra Cantada (Era uma vez e Pipoca) e por Adriana Calcanhoto (Sabe). E é dele a música do castelo Rá Tim Bum, Lavar as Mãos. "É bacana, eu gosto. Tenho uma convivência grande com meus filhos. Fiz muita música pra eles: de ninar, de brincar. Acho que é inspirador", revela. Mais informações sobre o projeto estão no <http://www.myspace.com/pequenocidadao>.

## Ecletismo

Arnaldo Antunes acha natural ter projetos musicais tão distintos – rock'n roll com Titãs, pop ao lado de Marisa Monte e Carlinhos Brown (Os Tribalistas) – e a carreira solo, que muitas vezes beira o experimentalismo. "As pessoas tem um gosto eclético. Eu sempre ouvi todo tipo de música: vou ao show do Nelson Cavaquinho, e também ver o Alice Cooper, quando esteve no Brasil. Os ouvintes estão muito mais abertos e livres do que querem fazer crê-los os meios de comunicação. A gente vive uma época de mistura: você pode juntar maracatu com *hip hop*, *rock'n roll* com baião ou samba".

## Arnaldo na rede

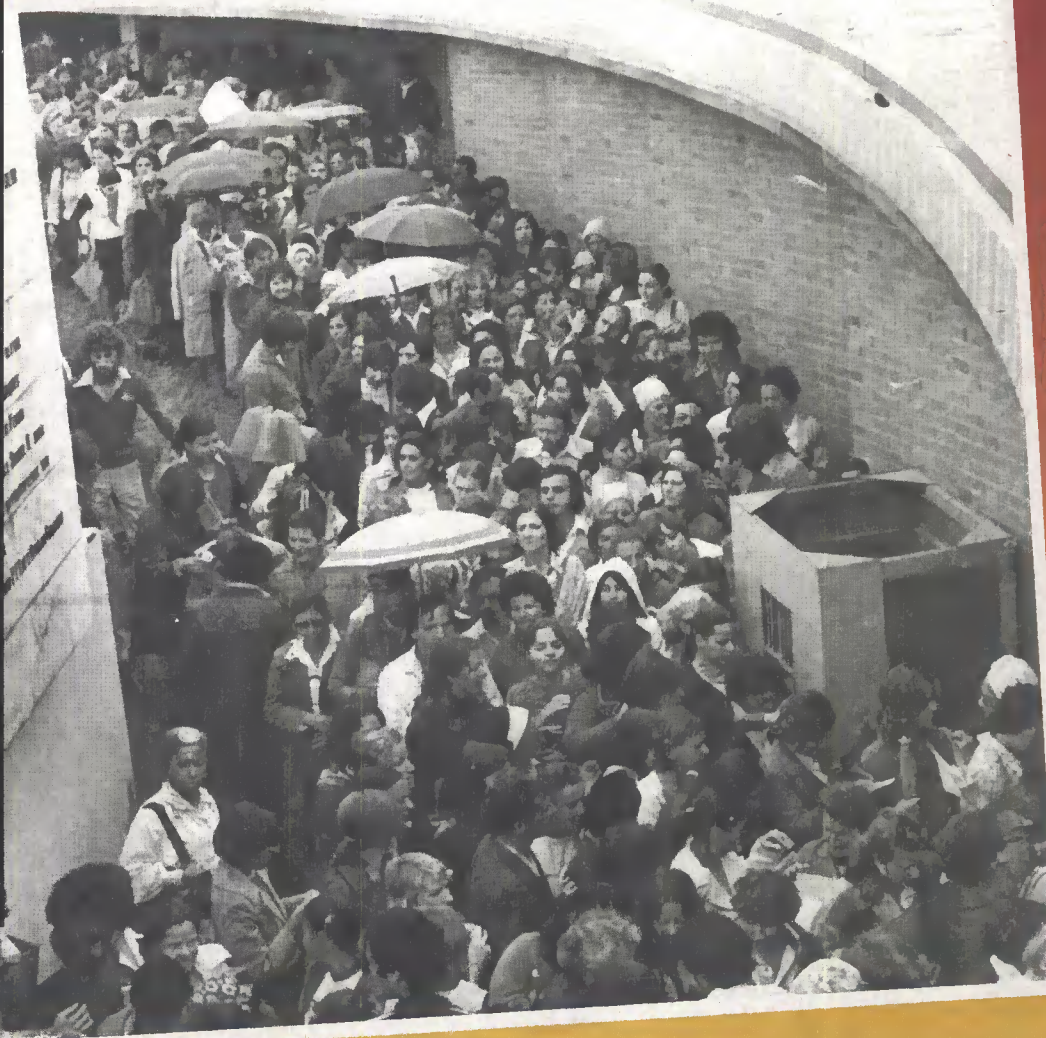
Em [www.arnaldoantunes.com.br](http://www.arnaldoantunes.com.br) é possível ler uma vasta e honesta biografia, na qual o poeta expõe não apenas detalhes de sua vida de artista, mas também confidência passagens pessoais. Toda sua produção de discos, livros e mostras, os três casamentos e até a prisão por porte de heroína estão lá. No *link* textos o bacana é ver o que Arnaldo pensa de artistas como Omara Portuondo (em duas dobradinhas com Gal Costa) ou Planet Hemp, e de suas experiências com parceiros como Marisa Monte e Nando Reis. Também dá para ler teorias de Arnaldo sobre poesia. Além de tudo, músicas e vídeos estão disponíveis – não para *download*, mas para curtir no próprio *site*.





# 1979

Primeira greve dos educadores da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, deflagrada no dia 4 de abril. Na época, a ditadura militar já dava mostras de esgotamento, mas os aparatos de repressão e de controle da sociedade permaneciam intactos. Esta foi a segunda paralisação no País naquele período – a primeira tinha sido realizada pelos metalúrgicos do ABC paulista – durou 13 dias e resultou na conquista de 70% de aumento e a contratação de 20 mil professores concursados. O episódio serviu também para enfraquecer as bases do regime militar.



Fotos: Acervo CPERS



